

PLANO DE METAS DA ATUAL GESTÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO E ANÁLISE DO PERFIL DA SECRETARIA

ROSE NEUBAUER*

É grande a minha satisfação em estar hoje aqui, participando deste evento para fazermos algumas reflexões sobre **Modelos Avaliativos**. Gostaria de saudar os participantes e pesquisadores nacionais e internacionais que aceitaram o convite de estar aqui discutindo conosco. Agradeço a FUNDAP e Fundação Carlos Chagas pelo empenho na organização do evento e cumprimento o Banco Mundial, na figura de seu representante, Dr. Robin Horn, pelo interesse na área de avaliação e empenho para que este ponto tenha um papel cada vez mais significativo dentro da política educacional.

Este é um momento muito difícil para mim, pois nele se mesclam a pesquisadora, a professora universitária – que recentemente estava na academia discutindo, fazendo e participando ativamente do projeto que hoje vai estar em discussão: a pesquisa de avaliação educacional. Uma pesquisa muito cara para todos nós, pesquisadores, que estivemos envolvidos neste projeto.

Pela primeira vez, no Brasil, uma pesquisa longitudinal foi realizada e tivemos a oportunidade de, durante três anos consecutivos, acompanhar um grupo significativo de alunos na sua trajetória escolar, estudando as políticas educacionais implantadas no Estado nesses últimos dez anos – três grandes políticas educacionais –, e como essas políticas estariam contribuindo mais ou menos para a seletividade educacional, para a manutenção e para o sucesso escolar da clientela do sistema público paulista.

*Secretária de Estado da Educação de São Paulo, Prof. da Universidade de São Paulo (USP), Pesquisadora Sênior da Fundação Carlos Chagas (FCC).

De um lado está sentada aqui a pesquisadora, ainda extremamente envolvida com o projeto educacional, e, por outro lado, a Secretária de Educação, que tenta e tentou durante este ano, e tentará nos próximos três anos, usar de sua experiência de participação na pesquisa para tentar imprimir uma política educacional para o Estado.

Hoje fui convidada para falar, não como pesquisadora, e nem para roubar o espaço das minhas companheiras, que, de forma muito competente – principalmente a professora Yara Lúcia Espósito –, deram continuidade este ano à pesquisa e vão estar aqui, expondo-a. Estou um pouco como Secretária de Educação para discutir, expor aos senhores, falar um pouco sobre o perfil do sistema educacional em São Paulo, e quais são as metas da atual gestão, preocupada, principalmente, com alguns dos participantes do Seminário que não têm contato com o sistema.

Estudos sobre política educacional, feitos nos últimos anos, têm mostrado algumas características específicas do sistema público em São Paulo. A primeira característica que chama atenção nesse sistema é que ele possui uma estrutura gigantesca e altamente sucateada. O Estado de São Paulo, diferente de todos os outros Estados do Brasil, é o grande responsável pela oferta de educação de primeiro e segundo graus do Estado. São seis milhões e meio de alunos na rede estadual, com 330 mil funcionários. Um Estado que tem se valido muito pouco da obrigação constitucional dos municípios para investir no ensino de primeiro grau, e assumiu essa carga praticamente sozinho.

As conseqüências desse sistema foram instalações físicas muito precárias no Estado como um todo, e salários muito baixos para seu profissional. Nosso custo/aluno no Estado de São Paulo não chega a 400 dólares aluno/ano. Esse sistema, além de ser gigantesco, tem características altamente centralizadas: os órgãos que representam o sistema de forma regional e localizada se caracterizam por muito pouco poder de decisão, e a escola um espaço com pouca autonomia.

O Estado, embora tenha uma estrutura gigantesca, possui uma ausência muito grande de um sistema de informações que subsidie o planejamento – tanto do ponto de vista de recursos humanos, como de equipamentos. Isso acabou revelando nesses últimos anos alguns dados bastante negativos a respeito do sistema. Nós temos um crescimento absolutamente desorganizado, com escolas superlotadas, funcionando algumas em quatro ou cinco turnos diurnos. Para que possam ter uma idéia, em uma escola que funcione em quatro turnos diurnos, as crianças chegam a ter no máximo três horas de aula por dia. Nós caracterizamos isso não como uma escola, mas um grande corredor onde entram e saem crianças durante todos os dias.

Por outro lado, enquanto o Estado presencia escolas superlotadas e com turnos educacionais bastante curtos, nós também observamos estruturas

escolares altamente ociosas. Estruturas estas que, por motivos políticos, o Estado nunca teve coragem de desativar, poupando recursos para investir em áreas que eram muito mais carentes e com necessidade de escolas.

Esse sistema todo (inclusive para os senhores terem uma idéia de como ele é desorganizado sob o ponto de vista de informações educacionais), sempre teve muita insegurança para afirmar quantos alunos realmente tem na rede e a relação professor/aluno, dado que se acredite que temos seis milhões e meio de alunos e 240 mil professores, temos uma relação professor/aluno de menos de 30 alunos por professor. O que em matéria de América Latina e de país pobre é uma relação considerada extremamente baixa.

E, para finalizar, o Estado presencia uma ausência muito grande de sistemas de avaliação educacional que sejam capazes de orientar a tomada de decisão de políticas educacionais. Quer dizer, onde realmente nós precisamos investir em mais capacitação? Onde realmente se precisa investir em extensão da jornada de escolaridade? Toda essa falta de sistemas de controle fez com que as políticas implantadas nos últimos anos não levassem em consideração, com segurança, critérios de justiça social e equidade social dentro do sistema.

Vários desses pontos que são bastante característicos do sistema têm sido apontados em diversos estudos. Mas foram pontos que ficaram bastante claros e mostraram todos os seus aspectos críticos durante os três anos em que nós, participando da pesquisa e tendo acesso aos estudos longitudinal e antropológico, estivemos bastante em contato – e um contato semanal – com as escolas, deixava muito claro esses pontos críticos que eram necessários reverter na política educacional.

Quais são as metas da atual gestão? Uma meta, que é mais ampla e que não depende somente da Secretaria, mas de política educacional do Estado, é a que temos da descentralização. Ou seja, queremos fazer os municípios responsáveis também pela oferta de ensino de primeiro grau no Estado, os parceiros ativos da oferta de educação de primeiro grau. Os estudos que nós temos feito, por exemplo, mostram que o Estado gastou no ano passado 3 bilhões de reais no atendimento a 6 milhões e meio de alunos. Os municípios gastaram 3 bilhões de reais no atendimento a um milhão e duzentos mil alunos. Ou seja, enquanto o aluno de primeira a oitava séries não custa nem 400 dólares, a média do aluno de pré-escola e creche está custando, no Estado de São Paulo, cerca de 2.000 dólares. É uma inversão e uma distribuição muito desigual de recursos entre os diferentes sistemas de ensino. O Estado tem gasto muito recurso na educação inicial, tem gasto muito recurso – perto do que se tem no Estado – na educação universitária, e nós temos deixado a educação básica num estado muito grande de abandono.

O sucateamento da educação básica tem feito com que, embora se tenha investido muito na educação inicial e no pré-escolar, este investimento

quase se perca durante o ensino fundamental, fazendo com que chegue na universidade uma camada muito pequena da população – onde novamente se aplicam investimentos muito altos.

Toda política feita no Estado, e também no Governo Federal, é uma política que procura fazer uma maior adequação, uma maior combinação dos recursos das diferentes instâncias – estadual, municipal e federal –, para uma melhor distribuição de recursos com privilegiamento do ensino fundamental e educação obrigatória.

Isto tem sido feito inclusive em articulação com o Governo Federal, que está propondo a formação de um fundo único de aplicação de recursos para o primeiro grau, onde tanto em nível estadual, quanto municipal, seria obrigatório o investimento no primeiro grau de 60% de todos os recursos legais vinculados à educação.

Do ponto de vista do Governo Estadual, são pontos básicos da política atual: o primeiro, o de **desconcentração**, ou seja, dar mais poder às instâncias regionais e instâncias locais de prestação de serviço educacional. A administração atual começou fazendo algumas mudanças, que sob determinado ponto de vista causaram até alguns choques e desequilíbrios na rede: nós, logo nos primeiros dias da administração, eliminamos algumas instâncias intermediárias entre o nível central e a escola. Uma dessas instâncias, que era politicamente muito importante e que separava e dificultava a tomada de decisão, e diminuía o poder das instâncias regionais – que eram as Diretorias Regionais de Educação –, foram eliminadas, e deu-se com isso maior poder às Delegacias de Ensino que são órgãos municipais, regionais de educação.

O dirigente da Delegacia de Ensino deixou de ser escolhido politicamente e passou a ser escolhido por critérios de seleção e de propostas de trabalho na área de atuação. A FUNDAP, instituição que hoje está sediando este encontro, nos ajudou a fazer uma primeira prova seletiva dos indivíduos candidatos às Delegacias de Ensino. Esses candidatos, os três melhores selecionados, tiveram que apresentar um projeto de educação para sua região, ou seja, um plano diretor para sua região. Nele deveria estar contido, já, um plano de capacitação para sua Delegacia; capacitação essa na qual a atual administração também muda a direção da escola, que anteriormente era absolutamente centralizada e com características altamente pouco produtivas, e passa a capacitação para responsabilidade das instâncias regionais. Além disso, incentiva novos modelos de capacitação que não aqueles tradicionais de pequenos cursos de 30 horas, que não conseguiam realmente reverter a qualidade do ensino na escola, e reverter a prática educacional. Além disso a administração atual tem toda uma política de tornar os órgãos centrais, os órgãos regionais mais autônomos e com maior poder de decisão.

O segundo ponto, e eu não queria entrar em detalhes a este respeito, porque eu acho que do ponto de vista da maior parte do grupo seria cansativo,

refere-se à medida que estamos tomando: o de **racionalização do sistema**. A Secretaria já tinha um sistema informatizado, já tinha uma certa informatização, inclusive nas suas estruturas regionais. Mas essa informatização não funcionava dentro de um sistema "on-line"; os computadores que tínhamos e a informatização eram muito precários; os sistemas não falavam com os diferentes órgãos da Secretaria, nem os sistemas falavam entre si; as Delegacias de Ensino, que são órgãos regionais, não tinham capacidade de se comunicar entre si – inclusive para checar sua clientela de alunos e uma série de pontos que seriam importantes para controle da sua clientela, e para controle de uma série de medidas para tomadas de decisão.

Nós não só estamos informatizando o sistema, como iniciamos, por exemplo, um processo de cadastramento dos nossos alunos. O nosso aluno, hoje, acaba sendo reconhecido pelo sistema, o que evita a duplicidade de matrícula e nos revela que, se os dados se repetirem, nós temos um número de alunos muito menor que o número de matrículas que eram apontadas na rede.

Quero deixar claro que: o fato de você ter matrículas nas escolas, dava às escolas uma série de benefícios e a alguns integrantes das escolas. Então, na medida que não tinha nenhum controle sobre essas matrículas, e numa rede tão grande, você poderia ter desperdícios absolutamente significativos, com danos muito grandes para todo planejamento e para a economia de recursos, que numa rede de seis milhões e meio de alunos é muito grande. Para os senhores terem uma idéia, os dados do censo sempre revelaram números muito menores do que os dados de alunos que a Secretaria apontava como matriculados.

Estamos investindo muito forte em toda essa parte de racionalização do sistema e, recentemente, fizemos uma nova reorganização da rede escolar.

Na rede escolar, a partir de mudanças feitas nos anos 70, as nossas escolas recebiam alunos desde 7 anos até 20, 21 anos de idade. Eram escolas absolutamente descaracterizadas do ponto de vista pedagógico, pois numa mesma sala de aula e numa estrutura que ficava cada vez menor, quer dizer, numa escola com 6, 7, 8 salas de aula no máximo, colocavam-se alunos que tinham características muito diferentes: desde crianças muito novas até pré-adolescentes e adolescentes. Isso fazia com que existisse uma incapacidade total de organizar escolas para diferentes faixas etárias e acabava por justificar que tivéssemos salas de aula onde, além do quadro negro e das carteiras, não se tivesse nenhuma caracterização da escola e das salas de aula; nenhuma ambientação adequada às diferentes faixas etárias, com duplicações desse modelo em escolas muito próximas e, muitas vezes, em algumas regiões com números de alunos muito pequenos dentro das salas de aula.

Essa idéia de separar os alunos por diferentes escolas e racionalizar

a ocupação das salas de aula possibilitou à administração, neste último ano, a começar agora o ano de 96 com 2 milhões de crianças a mais do que tinha anteriormente, e com cinco horas na escola – aumentando de uma a uma hora e meia de aula para as crianças.

Algumas dessas tomadas de decisão que estamos tendo este ano, mudando inclusive o perfil, a racionalização e uma série de investimentos na melhoria da qualidade de ensino – como a presença do coordenador pedagógico –; a ampliação da jornada das crianças na escola; a mudança no perfil de capacitação; a exigência de um plano diretor para a escola do delegado de ensino, todas essas medidas, posso lhes dizer que foram claramente delineadas a partir dessa pesquisa de avaliação em que nós tivemos a oportunidade de participar nos últimos três anos.

Então, a partir da pesquisa, e por causa dos indicadores claros e de pontos que ela revelou: de mudança do perfil educacional; de correção das desigualdades, que as diferentes políticas educacionais implantadas nesse último ano vinham desempenhando junto às suas clientela, é que a implantação de um sistema de avaliação – inclusive para subsidiar novas tomadas de decisão em política educacional e contribuir para melhoria dos índices de evasão e desempenho; melhoria e inclusive recuperação do papel do profissional da educação dentro do sistema, é que acreditamos na importância da implantação do atual sistema de avaliação educacional. Isto é, não se pode implantar diferentes políticas educacionais se não se garantir, junto com as implantações dessas políticas educacionais, um sistema de avaliação que vá a todo momento mostrando rumos, norteando rumos, e mudanças que sejam mais adequadas, inclusive mais condizentes com as clientela que se têm dentro do sistema educacional.

Eu não quis, propositadamente, comentar nenhum resultado da pesquisa. Acho que, inclusive, não é meu papel aqui nesta reunião. Mas vou fazer um grande esforço para estar presente, na medida do possível, para participar dela e para participar das discussões com os senhores.

Gostaria muito, não só como pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, mas como Secretária de Educação, que este fosse um momento fértil para nós discutirmos instrumentos, modelos de avaliação, mas também levar em consideração a importância da implantação de um sistema de avaliação educacional que seja um instrumento efetivo para a implantação de políticas educacionais e tomadas de decisão, principalmente num país tão carente de recursos como é o Brasil. Por isso, meu agradecimento a todos os senhores e um grande desejo de que este seja um Seminário bastante frutífero para a educação em São Paulo.⁽¹⁾

(1) A presente transcrição não foi revista pela palestrante.